

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.356 - SE (2020/0292265-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : VIVIANNE DE FRANÇA SANTOS - SE010708  
CARLOS AUGUSTO MONTEIRO NASCIMENTO - SE001600D  
GLAUBER PASCHOAL PEIXOTO SANTANA - SE003800D  
**AGRAVADO** : JOSE ADALBERTO CALHEIROS MACHADO  
**AGRAVADO** : MARIO DA SILVA ANDRADE  
**AGRAVADO** : JORGE ALVES DO NASCIMENTO  
**AGRAVADO** : MARIA MADALENA OLIVEIRA DE ARAUJO  
**AGRAVADO** : MARIA ALDEIDA TAVARES CALHEIROS  
**AGRAVADO** : MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS  
**AGRAVADO** : AÉCIO VIEIRA LEITE  
**AGRAVADO** : REGINA MARIA DE CARVALHO PASSOS  
**AGRAVADO** : VERA LUCIA SÁ GOUVEIA LEITE  
**AGRAVADO** : MARIA GUADALUPE GUIMARÃES NASCIMENTO  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE VASCONCELOS ANDRADE  
**ADVOGADOS** : MARCOS D' ÁVILA MELO FERNANDES - SE000446  
MARINA AMARAL ARAÚJO MORAES - SE007405D

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, PROFERIDA EM AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL - DECISÃO DETERMINANDO O AFASTAMENTO DA CAPITALIZAÇÃO - DESNECESSIDADE DA LIQUIDAÇÃO - POSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO IMEDIATO DA SENTENÇA, NA FORMA DO ARTIGO 509, §2º DO NCPC - APRESENTAÇÃO DE MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS - PRECEDENTES - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

Quanto à controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo

constitucional, alega violação do art. 509 do CPC e divergência jurisprudencial, no que concerne à rejeição da instauração de prévio procedimento de liquidação de sentença, uma vez que o título executivo que fundamenta a demanda não se revestiria de liquidez a ensejar a direta apresentação de pedido de cumprimento de sentença, trazendo os seguintes argumentos:

O título executivo dos autos do processo de conhecimento em questão, não se reveste da característica essencial da liquidez de modo a consubstanciar a direta apresentação de Cumprimento de Sentença.

[...]

FRISE-SE: são SETE contratos de financiamento imobiliários a serem, revisados, e que possuem vigência de aproximadamente 20 (vinte) anos, além dos valores dos contratos alcançarem em conjunto mais de um milhão de reais. Desta feita, para que haja execução do comando judicial ilíquido, faz-se necessário que o título seja dotado de liquidez, tornando imprescindível a instauração de procedimento de liquidação de sentença, seja a requerimento do credor ou do devedor. Preceitua o artigo 509 do CPC, in verbis:

[...]

[...]

Deste modo, sendo flagrantemente nulo o acórdão ora recorrido que ao manter a sentença de piso que rejeitou liminarmente o procedimento prévio de liquidação de sentença no presente caso, viola diretamente o disposto no artigo 509 do Código de Processo Civil vigente. (fls. 2302-2305).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia pela alínea "a" do permissivo constitucional, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois, nas razões do recurso especial, não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia” (AgInt no

AREsp n. 1.558.460/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 11/3/2020.)

Confirmam-se também os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgInt no REsp n. 1.679.614/PE, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 18/9/2017; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005.

Ademais, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Como visto, cuida-se de uma ação de revisão de contrato de aquisição de imóvel, cujo pacto somente será revisado para retirar a capitalização mensal dos juros.

Assim, a decisão fustigada segue a linha de entendimento desta Corte de Justiça, no sentido de que a sentença proferida nas ações de revisão de contrato, que fixa parâmetros como a capitalização, não há necessidade de liquidação, podendo ser iniciado o cumprimento de sentença com apresentação de meros cálculos.

[...]

Portanto, desnecessária a liquidação do julgado, nos termos do art.509, §2º do NCPC, in verbis: [...] (fls. 2270-2271)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quanto à controvérsia pela alínea "c" do permissivo constitucional, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido: “Não se conhece de recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial quando esta não esteja comprovada nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (reeditado pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC), e 255 do RISTJ. Precedentes”. (AgInt no AREsp 1.615.607/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.575.943/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 2/6/2020; AgInt no REsp 1.817.727/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgInt no AREsp 1.504.740/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 8/10/2019; AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente